

EDUCAÇÃO AGROECOLÓGICA E EDUCAÇÃO DO CAMPO: DUAS FACES DE UM MESMO DESAFIO

José Ernandi Mendes¹
Emerson Augusto de Medeiros²
André Pereira de Oliveira³
João Joel de Oliveira Neto⁴

Resumo: No presente artigo tratamos da relação indissociável entre a educação agroecológica (ambiental) e a educação do campo (educação popular e emancipatória). Acreditamos que a articulação entre elas é fundamental para o fortalecimento da agricultura camponesa, enquanto instrumento de ação contra hegemônica. Assim, se fazem como dispositivos de emancipação dos povos do campo. Neste texto, de natureza ensaística, buscamos refletir sobre as possibilidades e os desafios dessa articulação que não se dá numa realidade paralela, mas no seio da sociabilidade capitalista e, portanto, pode ser cooptada pelos diversos mecanismos de produção e reprodução ideológica do capital.

Palavras-chave: Educação Agroecológica; Educação do Campo; Agroecologia; Educação Ambiental Crítica.

Abstract: In this article, we deal with the inseparable relationship between agroecological (environmental) education and rural education (popular and emancipatory education). We believe that the articulation between them is fundamental to the strengthening of peasant agriculture, as an instrument of counter-hegemonic action. Thus, they act as devices for the emancipation of rural people. In this text, which is essayistic in nature, we seek to reflect on the possibilities and challenges of this articulation that does not take place in a parallel reality, but within capitalist sociability and, therefore, can be co-opted by the various mechanisms of production and ideological reproduction of capital.

Keywords: Agroecological Education; Rural Education; Agroecology; Critical Environmental Education.

¹ Universidade Estadual do Ceará. E-mail: ernandi.mendes@uece.br,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0248408840823588>

² Universidade Federal Rural do Semi-Árido. E-mail: emerson.medeiros@ufersa.edu.br,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5799425932852626>

³ Secretaria Municipal de Educação de Jaguaruana, Ceará, Brasil. E-mail: andreoliverce@gmail.com,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1686622924982722>

⁴ Universidade Estadual do Ceará. E-mail: joelnetor7@gmail.com,

Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9833235082849305> .

Introdução

Para fazer frente ao modelo de desenvolvimento galgado no agronegócio e ao processo de monopolização da produção e da comercialização dos alimentos, não se pode recorrer aos mesmos meios e fins de produção que esse modelo adota. É preciso, portanto, organizar/compartilhar o conhecimento historicamente negado e/ou marginalizado pelo modo de produção agrícola capitalista, subvertendo não apenas a sua forma de produzir, mas também a destinação do que é produzido.

Josué de Castro, em prefácio de 1960 do seu clássico livro “*Geografia da fome*”, já destacava esse processo de submissão da produção de alimentos aos interesses econômicos do grande capital. Castro (1984, p. 21), registrou:

É que ao imperialismo econômico e ao comércio internacional a serviço do mesmo interessava que a produção, a distribuição e o consumo dos produtos alimentares continuassem a se processar indefinidamente como fenômenos exclusivamente econômicos — dirigidos e estimulados dentro dos seus interesses econômicos — e não como fatos intimamente ligados aos interesses da saúde pública. E a dura verdade é que as mais das vezes esses interesses eram antagônicos.

Mais de 60 anos depois, essa constatação do escritor, médico, geógrafo, administrador público, diplomata e ativista pernambucano, tornou-se ainda mais evidente e perversa, pois na medida em que a monocultura se destina prioritariamente à produção de *commodities* destinadas, principalmente, à produção de soja para ração animal e de agrocombustíveis, a alimentação humana se torna cada vez mais industrializada e nutricionalmente mais pobre.

A produção de agrocombustíveis afeta, portanto, o custo dos alimentos, uma vez que a matéria-prima utilizada nesse processo agrega um maior valor econômico em comparação com a produção de alimentos, atraindo o interesse dos grandes proprietários rurais, ávidos pelos lucros elevados da produção de *commodities*. Assim, a importação de alimentos por um determinado país aumentará na mesma proporção em que essa produção se expandir, bem como o índice de preços e a dificuldade de acesso a uma alimentação adequada (Carvalho; Costa, 2012).

Carvalho e Costa (2012, p. 31), somando ao debate, apresentam alguns elementos estruturantes desse processo:

Com a expansão crescente das inovações tecnológicas a partir dos avanços na manipulação genética, foram ampliadas as formas de subalternização da agricultura camponesa ao capital, que agora se dão predominantemente pelo intenso e impositivo processo de artificialização da produção agropecuária e florestal, em particular pela oligopolização por empresas transnacionais

com a oferta de sementes transgênicas e de insumos de origem industrial, e pelo estímulo das agroindústrias à especialização da produção camponesa. Desde então, o modelo tecnológico concebido pelos grandes conglomerados empresariais transnacionais relacionados com as empresas capitalistas no campo, e que conta com o apoio de diversas políticas públicas estratégicas, tornou-se o referencial para o que se denominou 'modernização da agricultura'. E se reificou a produção de mercadorias agrícolas (*commodities*) para a exportação em detrimento da produção de alimentos para a maioria da população.

Percebemos que há uma clara intenção, ou melhor, uma necessidade, por parte desse modelo produtivo em caracterizar a agricultura camponesa como arcaica e irrelevante. Para tanto, usa-se o aparato industrial, tecnológico e estatal para, através da monocultura extensiva-intensiva-exaustiva autodenominar-se hegemônico. Todavia, para esconder a sua insustentabilidade, tenta se apropriar de termos oriundos da agroecologia, para posar de ecologicamente sustentável e socialmente justo, como se fosse possível a esse sistema conciliar equilíbrio ambiental e justiça social com a sua insaciável busca por lucro.

Desse modo, os alimentos processados e ultraprocessados surgem como uma alternativa à redução não apenas da produção de alimentos, mas especialmente da variedade destes. Tal redução compromete econômica e nutricionalmente a alimentação, especialmente dos mais pobres.

A intensa industrialização dos alimentos, busca por meio da artificialidade, reeducar a visão, o olfato e o paladar das pessoas, bem como oferecer praticidade e a rapidez no preparo dos alimentos, exigência de um processo de precarização do trabalho, onde se busca intensificar o ritmo de trabalho, para produzir mais, contratando menos. O capitalismo atinge maior eficiência quando imprime na população um modo de sentir, de consumir e de se disciplinar que convém aos seus interesses de acumulação. Desse modo, o tempo de descanso do trabalhador é reduzido e, portanto, a preparação de alimentos frescos se torna quase inviável, fazendo-o recorrer à "facilidade" dos industrializados.

Esse processo transforma a alimentação num dos principais causadores de doenças: obesidade, diabetes, hipertensão arterial, câncer, etc. São alguns dos exemplos do processo de adoecimento provocado pelos hábitos alimentares que o modelo de produção agroindustrial capitalista impõe, mantendo, como alertou Castro (1984), a primazia dos seus interesses econômicos em relação aos interesses da saúde pública.

Diante desse cenário, a agricultura camponesa tem buscado resistir, apesar da precariedade imposta pelo poder do agronegócio, buscando alicerçar a sua produção agrícola no equilíbrio ambiental, na produção de alimentos saudáveis e livres de agrotóxicos, na justiça social e na viabilidade econômica e cultural. Ao assumir esse compromisso, confronta-se com a racionalidade capitalista, sendo contra-atacada como arcaica e irrelevante produtivamente, pois diferentemente

da imediatividade da obtenção de lucro e de exploração da natureza as quais caracterizam o sistema (agro)industrial, prima pela visão de longo prazo, indispensável a uma produção agrícola ambientalmente sustentável, socialmente justa e economicamente viável (Caldart, 2017), prioritariamente voltada ao bem-viver e não aos fins do mercado.

Educação Agroecológica – enfrentamentos ao grande agronegócio

A expansão do agronegócio e, conseqüentemente, a intensificação dos conflitos agrários são resultado do projeto de monopolização da produção de alimentos que o capital em crise (estrutural) precisa implementar para a manutenção de sua lógica de acumulação de riquezas. Por outro lado, o avanço da monocultura destinada à produção de *commodities* acelera o processo de exaustão dos solos, o que exige a obtenção de novas áreas para o cultivo, especialmente de milho e soja, tratorando mais ainda contra o meio ambiente, sob os agouros da tecnologia e do almejado desenvolvimento. Carvalho e Mendes (2014, p. 45), dizem:

A lógica de intensificar a exploração dos recursos naturais e atividades agrícolas com vistas à exportação tem gerado o que alguns teóricos denominam de neodesenvolvimentismo. No meio rural, esta perspectiva é caracterizada pela alta concentração da terra, modernização no maquinário agrícola, constituição de massa de assalariados e incremento de insumos que elevem a produtividade em patamares não vistos antes.

Os responsáveis por esse projeto, de produzir e formar sujeitos de acordo com seus interesses, são muitos e muito poderosos. Além do poder econômico que esses detêm, ainda contam com o apoio do Estado através de isenções e incentivos fiscais, além de concessões ambientais para “passar a boiada”, como assim afirmou o ministro do meio ambiente Ricardo Salles durante reunião ministerial em 22 de abril de 2020⁵, propondo que aproveitassem o contexto pandêmico para aprovar algumas regulamentações contrárias ao meio ambiente, que o setor agroindustrial exigia.

A respeito do apoio estatal ao desenvolvimento e à reprodução do sistema capitalista, Santos (2017, p. 17, grifos do autor), afirmou:

⁵ No período de 2019-2022, durante o governo de Jair Bolsonaro, os ocupantes dos ministérios pautavam-se, fundamentalmente, pelo critério ideológico afinado com um pensamento de extrema direita. Neste sentido, era muito comum os ministros atuarem contra a essência de cada ministério. O Ministério do Meio Ambiente, dirigido por Ricardo Sales, favorecia madeireiros e garimpeiros nas atividades ilegais nas florestas, inibindo a atuação dos fiscais do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. O Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, sob o comando de Damares Alves, agia de uma forma que atentava contra a vida dos indígenas, colaborando para um verdadeiro genocídio. O Ministério da Saúde, comandado pelo General Eduardo Pazuello, foi complacente com o negacionismo do próprio presidente, o que agudizou no país a pandemia causada pela Covid-19. O Ministério da Educação, com sucessivos ministros no período, desqualificou a educação pública com sucessivos cortes no orçamento.

[...] o apregoado discurso em favor do mercado livre, sem a intervenção estatal é, na letra da dura verdade, uma tentativa desesperada de escamotear o fato de que as empresas capitalistas, como dantes, sendo que hoje, mais do que nunca, não podem prescindir da *ajuda externa* do Estado para continuar acumulando lucros.

Nessa mesma direção, Barros (2019, p. 36) evidenciou a dependência intrínseca do capital em relação ao Estado, sendo este responsável por criar as condições ideais para que aquele se perpetue.

Sob os ditames do capital financeiro, os grandes monopólios agem de forma articulada com os Estados. O poderio econômico das grandes corporações e dos grupos financeiros internacionais impõe que suas necessidades sejam incorporadas às políticas desenvolvidas pelos governos, pressionando-os a abrir mercados, destruir legislações trabalhistas e obter vantagens econômicas para a captura do fundo público.

Essa articulação entre a burguesia e o Estado é responsável tanto pela manutenção (material) quanto pela reprodução (ideológica) do capital. Ela não apenas garante os recursos, mas também ajuda a promover a adequação social.

Ter o domínio sobre a produção, a industrialização e a comercialização dos alimentos é uma forma de controle social das mais eficazes, pois a mesma incide diretamente sobre a produção das condições materiais de vida, e este modelo de produção centralizado acaba por determinar o tipo de relação social que lhe dá sustentação. Afinal, como nos diz Marx (2008, p. 47), “[o] modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência”.

Nesse sentido, o Estado tem um papel fundamental na acumulação do capital, pois é ele que dá legalidade àquilo que ao largo da lei seria considerado crime: liberação de agrotóxicos, reintegrações de posse, afrouxamento das leis ambientais, etc. Tudo isso deixa claro o caráter de classe do Estado, em última instância, os interesses que ele defende e o tipo de relação social que ajuda a reproduzir. Entretanto, nem o Estado nem a educação atendem a cem por cento do que é programado pelos setores dominantes, afinal a contradição permeia os processos históricos: “no contexto de luta de classes, a educação é, portanto, inerente aos processos formativos das classes, que constroem seus distintos projetos históricos nas lutas sociais” (Carvalho; Mendes, 2014, p. 53).

Para se contrapor à hegemonia capitalista e/ou sobreviver à precarização crescente das condições de vida que esta impõe à classe trabalhadora, especialmente do campo, as organizações e movimentos sociais recorrem ao fortalecimento de suas bases formativas através da articulação entre o trabalho e

a educação, no que um e outra têm de mais desalienador e emancipador. Pois do contrário, a cisão entre essas duas atividades humanas tem contribuído para tornar o trabalho alienado e transformar a educação em um mero treinamento, ambos destinados à produção e à reprodução do capital respectivamente.

Diante desse cenário, as organizações de caráter popular precisam reafirmar o conhecimento historicamente construído (bem como suas práticas e saberes populares), que tem sido sistematicamente negado e desqualificado pelo modo de produção agrícola capitalista (Brandão, 2012; Paludo, 2012). É necessário afirmar não apenas o conhecimento reconhecido como técnico-científico, mas a herança material das práticas ancestrais. Nesse sentido, urge a necessidade da educação agroecológica como um elemento de conscientização das populações camponesas.

A modificação genética de sementes e a drástica redução na variedade destas é um exemplo clássico da tentativa de monopolização dos meios e do modo de produção agrícola. O caráter superficial e paliativo da transgenia, a qual busca nos atalhos aquilo que somente as experiências e vivências do caminho certo pode produzir, não visa, como quer que acreditemos, o aumento da produtividade como sinônimo de segurança alimentar, mas unicamente, o enriquecimento dos capitalistas por meio da sua incessante busca da maximização do lucro.

O enfoque da transgenia interpreta os problemas agrícolas como sendo simples deficiências genéticas dos organismos e trata a natureza como mercadoria. Além disso, não aborda as verdadeiras causas dos problemas de praga, mas apenas os sintomas, tornando os agricultores mais dependentes de herbicidas e sementes produzidas por um setor do agronegócio que cada vez mais concentra poder sobre o sistema alimentar (Tardin; Travassos, 2021, p. 52).

Dada a contradição entre os projetos de desenvolvimento para o campo, um voltado para os interesses do mercado e outro na perspectiva de beneficiamento de toda a sociedade, não há possibilidade de coexistência entre o agronegócio e a agricultura familiar camponesa. A hegemonia é fruto de uma construção histórica alicerçada no latifúndio, na grilagem, no escravismo e na exploração, portanto, restrita a uns poucos privilegiados. Os projetos de desenvolvimento são também antagonísticos. O desenvolvimento de um pressupõe a extinção do outro.

Considerando o poderio político e econômico do agronegócio, entendemos que a luta contra hegemônica busca ter como base aquilo que o modo de produção agrícola capitalista nega e/ou negligencia. Apesar de tentador, devido à sua enorme influência midiática, o camponês consegue construir resistências à crença de que o modelo de produção agroindustrial adotado pelos grandes produtores lhe oferece grande chance de tornar-se um deles, a partir da lógica liberal da “livre iniciativa”.

A educação agroecológica é o conhecimento historicamente construído com base nos processos naturais que aposta no equilíbrio entre a exploração dos recursos e a capacidade regenerativa da natureza, na compreensão de que um sistema produtivo que se baseia no combate às pragas ao invés de investir na prevenção destas, está fadado ao fracasso (Gubur; Toná, 2012; Oliveira, 2022). É desse conhecimento contra hegemônico que procura se munir o camponês para se contrapor ao agronegócio e ao seu projeto de monopolização da produção de alimentos. “Fazer uma produção agrícola fundamentada no estudo da vida, ecologicamente equilibrada, socialmente justa, economicamente viável e culturalmente adequada é o objetivo que liga agricultura camponesa e agroecologia” (Caldart, 2017, p. 8).

Os movimentos sociais do campo, por meio de uma agenda emancipatória, têm contribuído para a crítica da ideologia neodesenvolvimentista do crescimento econômico (Mendes; Carvalho, 2014; Oliveira Neto, 2022), do progresso devorador de terra e usurpador de água para o mercado de *comodities* ou ainda invasor de dunas, mar e litoral, apropriando-se do vento e do sol para o mercado das eólicas e solar, em detrimento do modo de vida das comunidades tradicionais. Esses mesmos movimentos, além da necessária e corajosa denúncia, contra todo poderio neoliberal, têm construído e apontado alternativas de sociabilidade opostas ao modelo hegemônico, galgadas numa perspectiva democrática das comunidades do campo e dos povos do mar, sintonizadas com o respeito à natureza e aos saberes culturais, o que os aproximam de um ideário ecossocialista. Löwy (2011, p. 101), diz:

Ecossocialismo implica uma ruptura radical com a civilização material capitalista. Nesta perspectiva, o projeto socialista visa não somente uma nova sociedade e um novo modo de produção, mais também um novo paradigma de civilização.

Essa tarefa histórica só poderá ser levada a cabo por aquelas e aqueles que sentem o peso da exploração e das opressões decorrente das estruturas sociais. Nas palavras de Freire (2018, p. 42 - 43):

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem, mais que eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que não chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.

Dado o poder que o inimigo detém, combatê-lo exige coragem e, acima de tudo, um profundo conhecimento das contradições que lhes são inerentes. É preciso identificá-las e compreendê-las para não as reproduzir. Tal empreitada exige, portanto, a articulação entre sujeitos e saberes, necessária à recuperação da identidade humana e cultural historicamente negada.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 2: 198-209, 2024.

Educação do Campo – dispositivo crítico para a emancipação social

A superação do sistema capitalista e da sociedade patriarcal depende das condições materiais objetivas oferecidas pela realidade sócio-histórica e não pela consciência de alguns poucos iluminados. Diante dessa compreensão, considerando que as condições materiais são frutos da ação humana, é necessário enfrentar a hegemonia e subverter a lógica produtiva dessas condições. Para subvertê-la é necessário ler adequadamente a realidade, conhecendo profundamente suas contradições. Do contrário, por mais bem intencionada que seja a iniciativa, inevitavelmente, será cooptada e redirecionada para servir àquilo que pretendia combater. É nesse sentido que a educação do campo, educação eminentemente de base crítica, emerge como caminho para pensar em processos educativos e sociais emancipatórios.

É justamente nessa compreensão que reside a necessidade de articulação entre uma educação do campo (popular e emancipatória) e uma educação agroecológica (ambiental), bem como a luta por uma Reforma Agrária numa sociedade marcada pela concentração da terra. Essa articulação é fundamental para fortalecer as bases das organizações populares e dos movimentos sociais do campo, pois oportuniza a compreensão de que somente a partir da superação do paradigma (agro)industrial capitalista assentado em relações coloniais e patriarcais é possível construir uma relação com a natureza voltada à vida, à justiça social e ambiental.

Nesse sentido, Caldart (2017, p. 9), destaca a centralidade da agroecologia no processo de fortalecimento da agricultura camponesa e, conseqüentemente, da luta de classes. Ela diz:

Agroecologia camponesa e agronegócio são inconciliáveis. A agroecologia trata a agricultura com uma visão de longo prazo, incompatível com as necessidades imediatas do negócio capitalista. Na agricultura camponesa, agroecologia está articulada com soberania alimentar, socialização da propriedade da terra, diversidade cultural e diferentes formas de trabalho camponês associado. Sua realização radical implica a superação das relações de exploração do ser humano e da natureza.

Alcançar a soberania alimentar, significa subverter a lógica capitalista de produção e comercialização dos alimentos que está ancorada justamente na insegurança alimentar, uma vez que, ao transformá-los (os alimentos) em mercadoria, estes são submetidos à lei da “oferta e demanda”, passam a servir ao propósito capitalista de geração de lucro em detrimento da manutenção da vida. Nesse sentido, Thomaz Júnior (2021, p. 757) alertou para a irrelevância da agroecologia se, desvinculada da luta de classe, especialmente nesse contexto histórico de enorme fortalecimento econômico e político da (agro)indústria capitalista. O autor tonificou:

Sabemos de antemão que a agroecologia não é a salvação da lavoura, ainda mais se vista fora do contexto social, das disputas territoriais e dos reais significados de classe. Essas marcas do atraso social, em pleno século XXI, em ambiente de crise estrutural e mundializada do capital e de privatização do Estado neoliberal, são expressões do sucesso econômico dos grandes conglomerados (agro)industriais.

Por isso, é indispensável ao capital ter o controle dos meios de produção, especialmente em relação à produção de alimentos, tanto para forçar os trabalhadores a venderem a sua força de trabalho, como para perpetuar a dependência nutricional dos mesmos. A partir dessa necessidade estrutural do capitalismo é possível compreender as ininterruptas tentativas de deslegitimação dos territórios camponeses como meio de inviabilizá-los produtiva e socialmente.

Apesar da precarização a que são submetidos, esses territórios representam uma dupla ameaça ao sistema do capital, porque não se trata apenas do que eles produzem, mas, principalmente, como produzem. Marx (2008, p. 59) revela porque esse modo de produção ameaça a hegemonia capitalista:

A comunidade, na qual se subentende a produção, é que impede que o trabalho do indivíduo seja trabalho privado, e seu produto um produto privado, que, ao contrário, faz aparecer o trabalho individual como função de um membro do organismo social. Compreende-se que o trabalho que se realiza no valor de troca é o trabalho do indivíduo isolado. Para que se converta em trabalho social, lhe é preciso adotar a forma de seu oposto imediato, a forma da generalidade abstrata.

Qualquer experiência social que represente, ainda que minimamente, uma possibilidade de conversão do trabalho privado em trabalho social, se tornará uma ameaça à ordem do capital. Para fortalecê-las é imprescindível que os sujeitos que a vivenciam, tenham consciência da grandeza e da importância do que estão fazendo e, principalmente, do risco que correm ao fazê-lo. Somente essa consciência adquirida a partir da experiência social vivenciada é capaz de evitar que estes cedam às inúmeras formas de desmobilização da comunidade a que pertencem pelos diversos e, geralmente, imperceptíveis mecanismos de controle social de que dispõe a burguesia. Novamente, chamamos a atenção para a educação do campo como um dispositivo para conscientização da população camponesa, justamente porque permite que o camponês compreenda o contexto sócio-histórico de desigualdade e divisão social de classe do qual é parte.

Obviamente essas experiências são atravessadas pelas contradições típicas do modelo de sociabilidade capitalista. Afinal, a luta de classes não está apartada da realidade que a produz, realidade esta, profundamente condicionada pela ideologia burguesa, alicerçada na exploração, no patriarcado e no conservadorismo.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 2: 198-209, 2024.

Ora, o modo de produção adotado nos territórios de Reforma Agrária não está deslocado da realidade. Pelo contrário, este tem a sua viabilidade posta em xeque constantemente por uma propaganda desonesta que equipara a monocultura (agro)industrial extensiva e intensiva, destinada à produção de *commodities* com a agricultura familiar camponesa, historicamente precarizada, que se destina à produção de alimento, em pequenas áreas, geralmente com uma herança de degradação ambiental que impõe sérias limitações produtivas.

Essa instabilidade (provocada) se reflete no nível de consciência dos sujeitos que habitam esses territórios, pois sendo instável a produção das condições materiais de vida, também o será o nível de conscientização que esta produz. Daí que o princípio da educação agroecológica junto à educação do campo é fundamental ao processo de emancipação. Acrescentemos:

A agroecologia, como parte do projeto de classe dos trabalhadores, não existe sem os camponeses; estes por sua vez, precisam de formação política e agroecológica para avançar em seu modo próprio de fazer agricultura. Por isso, a educação das novas gerações, na escola e fora dela, é imprescindível ao avanço da agroecologia e das forças produtivas da agricultura, na direção de um desenvolvimento humano igualitário e efetivamente sustentável (Thomaz Junior, 2021, p. 756).

O fortalecimento da produção agrícola da comunidade é, portanto, fundamental para que esta se fortaleça enquanto organização social contra hegemônica. Por isso, é a relação entre o trabalho e a educação produzida a partir de uma educação do campo (popular) e agroecológica (ambiental e emancipatória) que viabiliza a mudança no modo como se produz as condições materiais de vida nesses territórios e, conseqüentemente, o nível de conscientização dos sujeitos que neles vivem e lutam.

Há que se compreender que esses territórios não são uma bolha, material e ideologicamente falando. Mediante essa compreensão, é possível avaliar as reais possibilidades de avanço nessas comunidades diante do aparato de produção e reprodução dos valores e interesses burgueses que incidem diretamente sobre elas. Essas possibilidades terão maior chance de concretização quanto maior for o nível de articulação entre o trabalho e a educação nos processos produtivos/formativos desses territórios (Ciavatta; Frigotto, 2012).

Somente o resgate do princípio educativo do trabalho e a recuperação do seu caráter social na produção de riquezas a partir das experiências produtivas/formativas dos camponeses poderá produzir o nível de consciência necessário para se contrapor ao processo de reificação da (agro)indústria capitalista.

Conclusões

As possibilidades de resistência são poucas e extremamente limitadas pelas forças econômicas e ideológicas do capital. Por isso, a necessidade de fortalecimento da produção agrícola camponesa agroecológica é fundamental para que a luta contra hegemônica se desenvolva, ainda que lentamente, mas de forma articulada, mantendo a relação entre trabalho e educação como uma condição inegociável.

Sem essa articulação, a produção camponesa está condenada a adequar-se às exigências do mercado, pois se esta não resgata a função ontológica do trabalho que a materializa, torna-se *mercadoria* e, como tal, serve aos interesses do capital e não de quem a produz.

Cientes do poder político e econômico desses conglomerados, do quão difícil é opor-se a eles, inclusive na disputa pela opinião pública que é bombardeada por uma mídia corporativa, por meio da repetição de uma espécie de mantra autoritário “*agro é tech, agro é pop, agro é tudo*”, que mostra o que produz, mas não como e para quem produz, as organizações sociais do campo precisam ter clareza que não há possibilidade de coexistência entre o modo de produção camponês e a (agro)indústria capitalista. Essa compreensão é inegociável. Compreendido isto, é necessário ter clareza também do enorme desafio que é produzir valor de uso numa sociedade regida pelo valor de troca.

Definitivamente, isso só é possível mediante a recuperação do princípio educativo do trabalho intrínseco à produção agroecológica que, mesmo sendo atravessada pelas contradições inerentes à sociabilidade capitalista, poderá subverter o modo de produção das condições materiais que sustentam esta sociabilidade e, conseqüentemente, elevar o nível de consciência daquelas e daqueles que, ao recuperar o direito de usufruir daquilo que produzem, se encontram, como afirmou Paulo Freire (2011), melhor preparados para combater o sistema que os oprime e desumaniza.

Agradecimentos

Ao Programa de Pós-Graduação *Intercampi* em Educação e Ensino (MAIE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE), pela oportunidade realizar o estudo.

Referências

BRANDÃO, C. R. **O que é educação popular**. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BARROS, A. de. **Precarização**: degradação do trabalho no capitalismo contemporâneo. – Maceió: Coletivo Veredas, 2019.

CALDART, R. S. Trabalho, agroecologia e educação politécnica nas escolas do campo. In CALDART, R. S. (Org.). **Caminhos para transformação da escola**. São Paulo, SP: Expressão Popular, 2017, p. 115 - 160.

CARVALHO, H. M. de; COSTA, F. de A. Agricultura Camponesa. In: CALDART, R. S. et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Revbea, São Paulo, V. 19, Nº 2: 198-209, 2024.

CARVALHO, S. M. G. de; MENDES, J. E. Práxis educativa do Movimento 21 na resistência ao agronegócio. **Interface: a journal for and about social movements**. Volume 6, n., p. 45 – 73, maio, 2014.

CASTRO, J. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Josué de Castro. — Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984.

CIAVATTA, M.; FRIGOTTO, G. **Trabalho como princípio educativo**. In: CALDART, R. S. et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2018.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 31. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

GUBUR, D. M. P.; TONÁ, N. Agroecologia. In: CALDART, R. S. et al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

Lowy, M. **Écosocialisme: l'alternative radicale à la catastrophe écologique capitaliste**. Paris: Mille et Une Nuits, 2011.

MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política** / Karl Marx; tradução e introdução de florestan Fernandes. – 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MENDES, J. E.; CARVALHO, S. M. G. de. Utopia ecossocialista no combate ao agronegócio. **Alasru**, México, 2014.

OLIVEIRA, A. P. de. **Educação Popular no campo: O lugar da práxis agroecológica e os desafios formativos na Comunidade São Miguel I, em Itaçuaba-CE**. páginas. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022.

OLIVEIRA NETO, J. J. de. **A dimensão autoformativa da memória: Narrativas de camponesas e camponeses em processos de resistência pela terra, em Jaguaruana-CE**. Dissertação (Mestrado). Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2022.

PALUDO, C. **Educação popular**. In: CALDART, R. S. et al. (org.). *Dicionário da Educação do Campo*. 2. ed. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

SANTOS, D. **Educação e precarização profissionalizante: crítica à integração da escola com o mercado**. – São Paulo: Instituto Lukács, 2017.

TARDIN, J. M.; TRAVASSOS, R. **Educação Popular em Agroecologia**. In: **Dicionário de agroecologia e educação** / Alexandre Pessoa Dias... [et al.]. - 1. ed. - São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.

THOMAZ JÚNIOR, A. Trabalho. **Dicionário de agroecologia e educação** / Alexandre Pessoa Dias... [et al.]. – 1. ed. – São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, 2021.